

163

1 **ATA DA 163ª (CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA TERCEIRA) ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA**
2 **DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE –**
3 **CONANDA**

4
5
6 Às dezessete horas do dia 11 de junho de dois mil e oito, na sala 304, do 3º andar do
7 Edifício Sede do Ministério da Justiça, Brasília, DF, teve início a 163ª (centésima
8 sexagésima terceira) Reunião Ordinária do Conanda, com a seguinte pauta: **11 de junho**
9 **de 2008: 1) 60 anos de Declaração dos Direitos Humanos e a revisão do Programa**
10 **Nacional dos Direitos Humanos pelo ministro Paulo Vannuchi; 2) Balanço dos 18 anos do**
11 **ECA pelos conselheiros do Conanda. 12 de junho de 2008: 1) Apreciação da minuta dos**
12 **fundos dos direitos da criança e do adolescente; 2) Assinatura do decreto das piores**
13 **formas de trabalho infantil. Cerimônia realizada no Palácio do Planalto. A Assembléia foi**
14 presidida pela senhora Maria Luiza Moura Oliveira, presidente do Conanda, e contou
15 com a participação dos conselheiros: **Governamentais:** Solange Stella Serra Martins,
16 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; Leandro da Costa Fialho,
17 Ministério da Educação; Danielle Fermiano dos Santos Gruneich, Ministério do Esporte;
18 Eduardo Basso, Ministério da Previdência Social; Maria de Lourdes Magalhães,
19 Ministério da Saúde; Deuzinea da Silva Lopes, Ministério do Trabalho e Emprego;
20 Cristina de Fátima Guimarães, Secretária Especial de Políticas de Promoção da
21 Igualdade Racial da Presidência da República; Carmen Silveira de Oliveira, vice-
22 presidente, Secretária Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.
23 **Sociedade civil:** José Ricardo Calza Caporal, Federação Brasileira das Associações
24 Cristãs de Moços; Vilmar Burzlaff, Movimento de Educação Popular Integral e Promoção
25 Social/Fé e Alegria do Brasil; Maria Luiza Moura Oliveira, presidente do Conanda,
26 Conselho Federal de Psicologia; Maria Aurilene Moreira Vidal, Confederação Nacional
27 dos Bispos do Brasil/Pastoral do Menor; Fábio Feitosa da Silva, União Brasileira de
28 Educação e Ensino; Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski, Movimento Nacional de Meninos
29 e Meninas de Rua; Alda Elizabeth Boehler Iglesias Azevedo, Sociedade Brasileira de
30 Pediatria; Ariel de Castro Alves, Movimento Nacional de Direitos Humanos; Beatriz
31 Hobold, Pastoral da Criança; Maria Ignês Rocha de Souza Bierrenbach, Fundação
32 Abrinq pelos Direitos da Criança; Raimunda Núbia Lopes da Silva, Central Única dos
33 Trabalhadores. Suplentes – sociedade civil: Manoel Onofre de Souza Neto, Associação
34 Brasileira de Magistrados e Promotores da Justiça, da Infância e da Juventude; Maria
35 Stella Santos Graciani, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Eliana Augusta de
36 Carvalho Athayde, Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do
37 Adolescente; Iralda Cassol Pereira, Sociedade Literária Caritativa Santo Agostinho.
38 Convidados: Maria Isabel da Silva, Central Única dos Trabalhadores/SP. Abrindo a
39 pauta da 163ª Assembléia Ordinária do Conanda a senhora Maria Luiza ratificou a
40 presença do ministro Paulo Vannuchi durante a Plenária e solicitou ao sr. Benedito,
41 secretário-executivo do Conanda, a leitura da pauta da reunião. Após isso, o sr.

42 Benedito explicou que as atas anteriores, dos meses de fevereiro, março e abril
43 continuavam pendentes de aprovação, pois todo o serviço de transcrição fora devolvido á
44 empresa contratada, Canal 27, acompanhado de ofício, no mês de fevereiro último, para
45 ser refeito devido a má qualidade dos textos e que apesar de insistentes cobranças as
46 atas e as transcrições ainda não tinham sido devolvidas. Diante disso, o sr. Benedito
47 comunicou que caso a empresa não conclua as atas a contento, a CGTI fará o trabalho e
48 que não será atestada nenhuma nota de pagamento até que todas as atas sejam
49 entregues e aprovadas pelos membros do Conanda. O sr. Caporal sugeriu que as atas
50 de fevereiro, março, abril, inclusive junho, fossem enviadas à aprovação na próxima
51 Plenária e que esta somente seja iniciada condicionada à aprovação de todas as atas
52 pendentes, inclusive, conforme advertiu o conselheiro Manoel Onofre, fazendo uso de via
53 judicial, se necessário. As providências foram aprovadas por unanimidade. O senhor
54 Benedito anunciou, com a concordância do colegiado, que a pauta da Assembléia
55 Descentralizada de maio de 2008, ficaria agregada como mais um ponto de pauta para a
56 continuação da Plenária em doze de junho de dois mil e oito. Dando prosseguimento, a
57 presidente do Conanda desejou boas-vindas ao ministro e a disposição de fortalecer os
58 vínculos de trabalho e luta da Secretaria Especial de Direitos Humanos e da
59 Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA). Após as
60 apresentações dos conselheiros, a presidente passou a palavra ao ministro Vannuchi
61 para sua reflexão sobre os 60 anos dos Direitos Humanos e a Revisão do Programa
62 Nacional dos Direitos Humanos. **Ministro Paulo Vannuchi** - Agradecendo o convite, o
63 ministro apresentou um caderno no qual estão listadas 30 ações montadas para firmar
64 bem a celebração dos 60 anos, aproveitando o aniversário em número redondo para
65 abrir espaços na mídia e que também permite reflexões decenais. Explicou que a tarefa
66 institucional, como secretário, em cada um dos segmentos dos direitos humanos, como o
67 Conanda, é levar mensagem da integração. Esclareceu que este ano é um ano dedicado
68 a firmar os objetivos de curto, médio e longo prazos. E um dos objetivos centrais é a
69 construção da aceitação das diferenças e que nada será construído sob a forma de
70 grandes rupturas, trata-se de um processo de vivenciar a marcha histórica, mas que nas
71 Nações Unidas já é uma história de séculos e que nada é unilateral. Enfatizou que os
72 direitos humanos devem apostar na educação como processo de longo prazo. Alertou
73 que a Declaração Universal dos Direitos Humanos é o primeiro documento feito pela
74 Humanidade em milênios, não obstante as contradições que estão nos seus 30 itens,
75 mas é um documento que fala da divisão da sociedade, porém se cumprido na
76 interioridade de cada país será de grande avanço e propiciará um mundo de paz. Citou
77 que os 60 anos coincidem também com a atualização e revisão do Programa Nacional
78 dos Direitos Humanos, existente no Brasil desde 1996, muito centrado nos direitos civil e
79 políticos e em 2002, incorporou os direitos econômicos, sociais e culturais. Essa revisão
80 será feita por um grande debate nacional, é um debate com eixo orgânico, sistema de
81 conferências estaduais, precedidas das municipais ou regionais. Acrescentou que terá
82 também a participação da sociedade civil e dos poderes públicos na proporção de 60, 40,
83 mas que poderá ser ampliada para milhares se cada universidade do Brasil realizar um

Comentário: a aprovação da
ata

84 dia de debate sobre o tema criando-se uma rede. As resoluções desses debates devem
85 ser enviadas à secretaria da 11ª Conferência para subsídio e propostas. O ministro
86 enfatizou que o Conanda, nesse sentido, está convidado a ter o papel de supervisor de
87 garantir o conteúdo do documento que será aprovado em dezembro no que tange à área
88 da criança e do adolescente. Explicou que o PNDH sairá como um decreto presidencial
89 como os anteriores. Acrescentou que na área pertinente à criança e ao adolescente,
90 estão previstos eventos como o evento empresarial, de caráter deliberativo e apartidário,
91 a ser realizado em São Paulo, com a presença do presidente Lula, a fim de discutir a
92 idéia de direitos humanos e as ações empresariais de responsabilidade social já em
93 curso nas áreas da criança e do adolescente, igualdade racial, igualdade de gênero,
94 pessoas com deficiências e combate ao trabalho escravo, que são os cinco temas
95 selecionados. Como resultado do evento, pretende-se elaboração de uma declaração na
96 qual as empresas presentes se comprometem a desenvolver políticas de defesa dos
97 temas colocados. Finalizando, o ministro sugeriu que na área da criança e do
98 adolescente o caminho é conquistar os marcos legais ainda não existentes, sobretudo,
99 consolidar os marcos legais que existem, mas não efetivados no dia-a-dia, ou seja, o
100 cumprimento das leis. O ministro propôs estar presente sempre que necessário nas
101 demandas do Conanda e pediu prioridade nas atividades da 11ª Conferência Nacional e
102 também na relação com os demais temas da SEDH para trabalhar os três eixos: mídia,
103 universidade e o Judiciário. A sra. Maria Luíza agradeceu a participação do ministro e
104 abriu espaço para debate. O conselheiro Manoel Onofre pontuou que o Conselho
105 Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público tratarão da temática
106 criança e do adolescente no dia 9 de julho e convidou o ministro a estar presente no
107 evento que servirá para abrir discussões desses canais com o Conanda. O ministro
108 agradeceu o convite e confirmou presença. A conselheira Maria Ignês agradeceu a
109 presença e solicitou ao ministro que em todas as falas ressaltasse a questão da criança
110 e do adolescente e também o ponto negativo que precisa ser mais bem entendido pela
111 sociedade que é o do rebaixamento da idade de responsabilidade criminal. A
112 conselheira Júlia pediu mais explicações sobre o evento com os 500 maiores
113 empresários do Brasil por conta do fundo da criança que, certamente, será colocado e
114 solicitou que o ministro se empenhe junto aos ministérios que compõem o Conanda para
115 que se façam mais presentes para garantir a paridade e o fortalecimento das discussões.
116 O conselheiro Ariel cumprimentou o ministro pelas realizações de sua gestão e solicitou
117 incluir na agenda dos 60 anos e na agenda dos direitos humanos a questão do comitê da
118 ONU. O conselheiro pediu também reforço para a questão da melhoria da infra-estrutura,
119 visibilidade do Conselho no plano de comunicação. O conselheiro alertou também que no
120 papel formulador e deliberador da política nacional da infância e de juventude o Conanda
121 precisa ser o principal protagonista, trabalhando em conjunto com a SEDH. O sr. Caporal
122 reforçou a necessidade de que o Conanda seja sempre convidado para os eventos que
123 tratam de sua espécie e que a sua presença seja qualificada, é uma forma de
124 reconhecimento e inquiriu o ministro se haverá recursos para os seminários e reuniões
125 ou se tem que buscar meios de financiamento. Após as intervenções, o ministro

126 agradeceu todas as falas e os elogios recebidos. Alertou à sra. Carmen o monitoramento
127 do cumprimento das tarefas assumidas no Conanda e que terá que ser pautada uma
128 agenda para tratar das questões de infra-estrutura e gastos. Quanto à participação dos
129 ministérios no Conanda solicitou à conselheira Carmen que pautasse a forma de cumprir
130 esse item, com encontros, telefonemas ou eventuais substituições para outras pessoas
131 com mais laços na área. Na questão da maior participação do Conanda nos eventos, o
132 ministro registrou e disse disposto a trabalhar para esse fim, inclusive com a participação
133 do Conanda no evento marcado para 24 de junho com os empresários. O ministro disse
134 que sempre tem se reportado nas suas falas ao tema da criança e do adolescente, mas é
135 saudável o monitoramento. Quanto ao Relatório da ONU, a conselheira Carmen explicou
136 que várias áreas do governo demandaram revisões e a minuta já revisada será
137 apresentada ao Conanda nos próximos dias para que entre em pauta na próxima
138 plenária. O ministro esclareceu que a questão do Eca nas escolas já é uma questão
139 acordada com o Ministro Fernando Haddad. Quanto aos recursos para os seminários, o
140 ministro solicitou que cada um dos membros do Conselho fizesse o esforço multiplicador
141 para realizar eventos nas suas instituições, mas se colocou á disposição para buscar
142 recursos para eventos mais representativos que não tenham orçamento. A presidente
143 agradeceu pela presença e entregou a ele minuta da Resolução dos Fundos. **Avaliação**
144 **do material publicitário – Oficinas de Imagens -** Dando continuidade à Plenária, a
145 conselheira Luíza anunciou a presença do sr. Bernardo, Oficina de Imagens, para
146 apresentação do material de campanha de três peças publicitárias . A sra. Carmen
147 esclareceu que o Governo Federal assinará a campanha e que caberá ao Conanda
148 desencadear a discussão entre a rede de conselhos. Atendendo sugestões dos
149 membros do conselho, o sr. Bernardo explicou que usará a cor laranja nos cartazes, fará
150 uma limpeza nas imagens evitando a poluição visual detectada, colocará o título na parte
151 superior do cartaz e também fará mensagem ao diário para ficar claro que se trata de um
152 diário de uma adolescente. O cartaz será de 45x65 e será fixo. Em seguida, passou-se a
153 analisar a peça publicitária a ser veiculada nas rádios. O sr. Bernardo explicou que
154 foram usados sotaques diferentes de vozes e que a assinatura também mudará para
155 “Conheça e dependa” e “Brasil é um país de todos”. Informou que serão 30 segundos de
156 duração. A conselheira Júlia sugeriu que o Conanda fosse introduzido pelo menos nas
157 peças de rádio e televisão porque quando se chega aos estados e municípios a
158 identificação de proteção, a maior do sistema de garantias, são os conselhos que são os
159 formulares da política nacional. A sra. Carmen disse que essa solicitação é uma
160 negociação a ser feita com a Secretaria de Comunicação da Presidência da República.
161 Quanto à peça de TV, vídeo, o sr. Bernardo reafirmou que a locução será na mesma
162 linha da peça que veiculará nas rádios, ou seja, várias vozes e sotaques diferentes, a
163 trilha sonora também mudará e a assinatura é do Governo Federal e os 60 anos entraria
164 como um zelo. Ainda como sugestão dos conselheiros, a linguagem a ser usada será a
165 de Libras porque atinge a todos os públicos, da criança alfabetizada à não alfabetizada.
166 A conselheira Júlia reiterou como sugestão que a assinatura do Conanda estivesse
167 presente na TV, no rádio e nas peças impressas. O conselheiro Caporal reafirmou a fim

168 de garantir a questão da violência nas peças audiovisuais, que é um grande apelo
169 porque resgata o imaginário da violência da criança. A conselheira Iralda solicitou que
170 trocasse o tipo de letra do cartaz por não ser didática. Em resposta a essas solicitações,
171 o sr. Bernardo asseverou que a questão da violência poderá ser feita, mas de uma forma
172 mais afirmativa. Quanto à introdução do Conanda nas peças publicitárias, a senhora
173 Carmen disse que a contribuição da SEDH seria o desenvolvimento das quatro peças e
174 que a solicitação feita pelos conselheiros seria desfocar o que é uma contribuição do
175 Governo Federal e que ele estaria partilhando aquilo que ficou sob sua responsabilidade.
176 Mesmo assim, comprometeu-se a consultar os representantes governamentais do
177 Conanda porque a tomada de decisão foi no âmbito dos representantes governamentais
178 e "inclusive a campanha seria assinada pela SEDH e o ministro Vannuchi sinalizou a
179 possibilidade de abrir mão da assinatura da SEDH para ser a de governo. **Plenária do**
180 **dia 12 de junho de 2008** - Reiniciando os trabalhos, a senhora presidente Maria Luíza
181 anunciou a discussão da minuta de resolução sobre os Fundos. Antes disso, porém, fez-
182 se a apresentação da ex-conselheira Bel. A conselheira agradeceu pelos 9 anos de
183 Conanda que ela atuou como conselheira e agradeceu também ao Conanda a missão
184 que está desenvolvendo na Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil
185 (**Conaet**). Dando continuidade aos trabalhos, a presidente do Conanda perguntou aos
186 membros se a ata pendente teria condições de ser aprovada. Como não foi possível a
187 leitura da ata no dia anterior, ficou deliberado que as sugestões seriam enviadas via e-
188 mail. Nesse momento, a presidente apresentou os convidados presentes que apoiarão o
189 colegiado nas discussões. São os seguintes: Senhora Gilda Carvalho, Procuradora
190 Federal dos Direitos do Cidadão, órgão do Ministério Público Federal; Sr. Romeu,
191 Ministério Público Federal; Sra. Patrícia Campanatti, assistente social e assessora da
192 PFDC. A presidente saudou a nova conselheira suplente do Ministério da Saúde, Maria
193 de Lourdes Magalhães. Em seguida, o conselheiro Vilmar e a conselheira Daniele leram
194 o texto da Resolução que dispõe sobre os parâmetros para a criação e funcionamento
195 dos Fundos Nacional, Estadual, Distrital e Municipal dos Direitos da Criança e do
196 Adolescente e dá outras providências. Após a leitura, a conselheira Solange sugeriu que
197 inicialmente se fizesse uma discussão geral do texto, o que foi acatado. O conselheiro
198 Manoel Onofre lembrou que naquele momento estariam discutindo apenas uma proposta
199 e que após será levada a consulta pública. Aberto o espaço para considerações gerais
200 sobre o texto da Resolução, a conselheira Solange iniciou a sua intervenção salientando
201 o avanço do Conanda nessa questão. A conselheira alertou pelo excesso de citações e
202 sugeriu criar um documento específico de recomendações. O conselheiro Caporal
203 concordou com a idéia, mas não em formato de recomendação. O conselheiro Manoel
204 Onofre alertou que no texto existem situações de reserva legal, por exemplo, a questão
205 de transferência fundo a fundo de grande complexidade e está prevista na Resolução,
206 mas o colegiado não tem um instrumento legal que estabeleça como se dará esse fluxo e
207 que precisa ser trabalhado com mais detalhes. Em seguida, o conselheiro Caporal deu
208 início à análise dos itens da resolução. **Caput** - nenhuma recomendação. **Capítulo 1 –**
209 **Seção I – Das Regras e Princípios Gerais - Artigo 1º.** Nenhuma recomendação.

Comentário: " Fechar aspas

210 **Parágrafo primeiro:** A conselheira Júlia sugeriu inverter os parâmetros. O sr. Manoel
211 Onofre esclareceu que as leis posteriores é que devem respeitar os parâmetros do
212 Conanda e sugeriu trocar "bem como pelos membros dos conselhos dos Direitos da
213 Criança e do Adolescente ..." para "e, em especial, pelos membros dos conselhos
214 direitos e pelo Poder Executivo" o que foi acolhido por todos. Em seguida, a conselheira
215 Solange sugeriu a supressão de "limites éticos". O conselheiro Manoel Onofre
216 questionou que a ética não é excessiva, embora pareça pretensioso no caso do texto em
217 apreciação e sugeriu deixar referenciais normativos. O conselheiro Caporal colocou em
218 votação e foi aprovada a supressão de "limites éticos legais" e entra a palavra
219 "normativos" em substituição. **Segundo parágrafo:** A conselheira Júlia sugeriu onde se
220 referem a conselhos, inserir Distrital servindo pra todo o texto, sendo acatada a
221 sugestão. A conselheira Solange sugeriu a supressão de "e plano de aplicação e ação
222 dos recursos". **Cerimônia no Palácio do Planalto** - Nesse momento, houve interrupção
223 da Assembléia para que o colegiado se dirigisse ao Palácio do Planalto para a cerimônia
224 de assinatura do decreto das piores formas de trabalho infantil. **Prosseguimento da**
225 **163ª Reunião Ordinária do Conanda**, a presidente deu a palavra à conselheira Maria
226 Ignês que comunicou o lançamento, pela Fundação Abrinq, do projeto denominado
227 Observatório da Criança, inserido no site da Fundação Abrinq, e que tem dados muito
228 significativos, sobretudo agora que o Conanda está pleiteando que todo o sistema de
229 garantias de direitos opte pelo diagnóstico da situação antes de qualquer doação ao
230 fundo da criança e os dados que existem lá, no entendimento da conselheira,
231 contemplam as abordagens do Conselho. O conselheiro Onofre pediu a palavra para
232 convidar os membros do Conanda a participar dos eventos da "Justiça juvenil sobre o
233 marco da proteção integral" que serão realizados nos seguintes locais: São Paulo, 20 a
234 22 de junho; Mato Grosso do Sul, 25 a 27 de junho; Rio Grande do Sul, 2 a 4 de julho;
235 Paraíba, 9 a 11 de julho; Mato Grosso, 30 de julho a 1º de agosto; Tocantins, 6 a 8 de
236 agosto e Paraná, 27 a 29 de agosto. O conselheiro. Caporal alertou à Plenária que ainda
237 teria que eleger a comissão eleitoral, o pleito de escolha deve ser feita em novembro,
238 mas como os prazos têm que ser cumpridos há necessidade de se formar a comissão
239 ainda nesta Plenária. A presidente Maria Luíza comunicou a aprovação da proposta de
240 escolha de três candidatos para formar a referida comissão. A conselheira Júlia
241 asseverou que essa questão já constava no Regimento Interno porque geralmente quem
242 compõe a comissão são membros do Conanda da sociedade civil e então é retirado na
243 última modificação do Regimento Interno. A presidente indagou quem se dispunha a
244 compor a comissão que ficou assim definida: Onofre, Irmã Beatriz e Júlia. A conselheira
245 Júlia ainda lembrou ao secretário-executivo que o Regimento Interno estabelece prazos
246 para a publicação. O sr. Benedito esclareceu então que a eleição deve ser transcorrida
247 sessenta dias antes de 31 de dezembro, e o edital terá que ser publicado com larga
248 antecedência, ou seja, na metade de agosto o edital terá que ser publicado. A Plenária
249 foi interrompida pela chegada do conselheiro Romão Tuma Júnior. A presidente passou
250 a palavra a ele que se despediu do Conselho, agradeceu a todos pela convivência e
251 amizade, lamentando deixar o colegiado e apresentou o sr. David Pires, que assumirá a

252 vaga do Ministério da Justiça no Conanda. A presidente Luíza saudou o conselheiro
253 Romão, acompanhada dos membros do colegiado. Retomando os destaques, a
254 conselheira Solange resgatou o seu argumento de que o texto da resolução tem excesso
255 de citação de legislações e sugeriu deixar o que é extremamente imprescindível. O
256 excesso poderia ser remetido a um detalhamento posterior, como recomendação ou
257 glossário e que planos de ação, planos de aplicação são procedimentos que fazem parte
258 da operacionalização dos recursos por isso sugeriu suprimir "e planos de aplicação". A
259 sra. Carmen alertou para centrar a atenção nos temas polêmicos e não dos conteúdos
260 de forma pelo pequeno tempo. O secretário-executivo sugeriu que fossem direto ao
261 artigo 18 que trata da destinação de recursos, assunto mais polêmico. A sra. Júlia
262 concordou com a argumentação apresentada, mas salientou que não é só a situação
263 casada que é complicada. Todos concordaram em discutir primeiramente os tópicos mais
264 polêmicos, reiniciando pelo artigo 5º. **Artigo 5º** - A conselheira Júlia justificou a existência
265 desse artigo porque a Receita Federal tem colocado na malha fina vários doadores,
266 principalmente pessoas físicas quando a doação é feita ao Fundo Nacional e o CNPJ
267 que aparece é o do SEDH, ou seja, a doação cai em um CNPJ geral e isso induz à
268 malha fina. O conselheiro Caporal concordou que o artigo é realmente polêmico e que
269 colocou em anexo, o tipo de recibo e que vai estar na cartilha para assegurar também a
270 argumentação da conselheira Júlia. O conselheiro Manoel Onofre se referiu ao inciso I do
271 art.11 que medidas socioeducativas não devem ser financiadas com recursos do fundo.
272 A sra. Carmen advertiu que o conselheiro Onofre fez distinção de que a sociedade civil
273 poderá receber recursos para propor novas tecnologias e o poder público não poderia. O
274 conselheiro Onofre esclareceu que essa tecnologia não deve consistir em política básica.
275 A conselheira Maria Ignez sugeriu abrir exceção a medidas socioeducativas a meio
276 aberto, embora seja responsabilidade do poder público municipal teria uma gama de
277 possibilidades, de experiências inovadoras, mas que contemplaria no item. O conselheiro
278 Caporal disse que a preocupação do conselheiro Onofre é procedente e sugeriu
279 substituir a palavra apoio do texto por outra que qualifique mais a ação. A conselheira
280 Maria Luiza esclareceu que concorda com a palavra "apoio" porque ela significa auxílio e
281 não assumir integralmente. A sra. Carmen sugeriu a exclusão do artigo 7º. O conselheiro
282 Onofre reiterou que a sua preocupação é deixar a palavra "socioeducação" no texto e
283 sugeriu uma nova redação: "Inciso I: desenvolvimento de programas e serviços
284 complementares ou inovadores e por tempo determinado no âmbito da política de
285 atendimento da criança e do adolescente. A conselheira Solange sugeriu explicitar o que
286 são serviços complementares e inovadores por tempo determinado porque ainda
287 continua subjetivo. O conselheiro Onofre advertiu que a idéia é exatamente deixar como
288 está porque não é uma política continuada. A conselheira Júlia sugeriu usar políticas de
289 promoção proteção e atendimento dos direitos da Criança e do adolescente, ficando
290 assim o texto: "**Inciso I: desenvolvimento de programas e serviços complementares
291 ou inovadores e por tempo determinado no âmbito das políticas de promoção,
292 proteção, atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente**".
293 Proposição aprovada. Ainda no inciso I do artigo 11, a senhora presidente sugeriu que

Comentário: Substituído
situação por destinação

294 explicitasse qual o tempo determinado, se seria o máximo de três anos. A proposta ficou
295 aprovada com o acréscimo de “**não excedendo a 3 anos**”. A conselheira Maria Ignês
296 solicitou que fosse contemplada a previsão de sustentabilidade, o colegiado por não ter
297 amadurecido o debate na sustentabilidade e auto-sustentabilidade deliberou por não
298 agregar esse termo por enquanto. No inciso V, a conselheira Júlia sugeriu seguir sempre
299 a tríade do Estatuto, proteção, defesa e promoção. Atendendo as colocações dos
300 membros, a senhora presidente anunciou a exclusão do inciso VII. O sr. Benedito sugeriu
301 que sugestões de redação havidas posteriormente sejam enviadas à mesa. Dando
302 prosseguimento, a senhora presidente anunciou a análise do artigo 13. **Artigo 13 - A**
303 conselheira Júlia propôs a extinção dos incisos I, II, III e justificou que no caput no artigo
304 13 diz que “Salvo autorização expressa em lei” e que se essa redação continuasse os
305 prefeitos farão lei autorizando pagamento e manutenção de conselhos tutelares,
306 conselhos de direitos. O conselheiro Onofre concordou com a proposta de tirar “salvo
307 autorização”, ficando assim a redação final: “**É vedado o uso dos recursos do Fundo**
308 **dos Direitos da Criança e do Adolescente para:**”. O conselheiro Caporal advertiu da
309 possibilidade de que mesmo com a redação “é vedado”, os prefeitos iriam fazer a lei, o
310 que o conselheiro Onofre explicou que o Ministério Público poderá entrar com ação. No
311 inciso III, o conselheiro Onofre ressaltou que a redação deveria ser refeita para “políticas
312 públicas que já disponham de fundos ou financiamentos específicos”, que é a política
313 social básica. A sra. Daniele disse que a inclusão do financiamento se contrapõe à idéia
314 inicial dos incisos que permitem ações, mas aos fundos acredita serem necessários. O
315 conselheiro Onofre sugerir para aprimorar o texto “políticas públicas sociais básicas que
316 inclusive já disponham de fundos específicos”, ou seja, não se pode financiar política
317 pública social básica, inclusive, as que dispõem de fundos específicos. A conselheira
318 Daniele sugeriu a manutenção da redação como está “políticas públicas, que já
319 disponham de fundos específicos” para evitar definições de termos doutrinários. O
320 conselheiro Manoel Onofre reiterou a necessidade de acrescentar políticas públicas
321 sociais básicas para deixar bem claro que elas não são financiadas pelo fundo. O senhor
322 Benedito esclareceu que quando se fala em políticas públicas básicas, o Estatuto
323 atualmente é de compreensão geral que a assistência social é básica. Mas, no Estatuto
324 ela não está colocada dentro das políticas sociais básicas, então se mantém a palavra
325 básica, segundo o Estatuto, assistência social é suplementar, que foi um equívoco. O
326 conselheiro Onofre ratificou o consenso de que o fundo não se presta a financiar política
327 social básica, nos termos definidos da última publicação nesse particular, que é a lei
328 orgânica da assistência social e que algum projeto inovador referente a uma das
329 modalidades de acolhimento institucional por prazo determinado está excetuado no que
330 diz respeito ao inciso já mencionado. O conselheiro Vilmar acrescentou que não seria
331 financiar a manutenção, nem a construção de abrigo, mas um programa de reintegração
332 e reinserção das crianças nas famílias. O conselheiro Manoel Onofre sugeriu que a
333 redação do inciso III ficasse da seguinte forma “**políticas públicas sociais básicas, nos**
334 **termos da legislação pertinente em vigor**”. Proposta aprovada. A presidente Maria
335 Luíza passou a palavra à conselheira Júlia para análise do inciso IV. **Inciso IV - A**

336 conselheira Júlia sugeriu a retirada dos termos “como parte da política pública
337 específica”, ficando assim a redação definitiva: “É vedado o uso dos recursos do Fundo
338 dos Direitos da Criança e do Adolescente para: I. transferência sem aprovação do
339 respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente; II. Pagamento,
340 manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar; III. Manutenção e funcionamento dos
341 conselhos de direitos; IV. Políticas públicas sociais básicas, nos termos da legislação
342 pertinente em vigor; V. Investimentos em construção e manutenção de equipamentos
343 públicos e privados ainda que em uso exclusivo da política da infância e da adolescência.
344 Aprovado até o inciso IV. Quanto à análise do **inciso V**, a conselheira Júlia afirmou que
345 investimento de recurso para o fundo de manutenção de equipamentos públicos é
346 vedado, mas quando se mistura com o privado não fica claro o que poderá ser
347 financiado. A sra. Eliana explicou que o problema poderá ser a palavra “construção”.
348 Deverá estar claro se é construção de imóveis, ou aquisição de equipamentos e
349 manutenção deles. São coisas diferentes. A sra. Carmen acrescentou que a primeira
350 definição que deveria fazer é o que é “equipamentos” porque é uma linguagem que se
351 usa em duplo sentido, um computador é um equipamento, mas um prédio pode ser um
352 equipamento público ou privado. Salientou a senhora Carmen, que a preocupação que
353 deveria estar vedada é o investimento em construção de imóveis, seja creche, unidade
354 de internação ou abrigo e encaminhou a sua sugestão de que seria “investimentos em
355 construção e manutenção de imóveis públicos e privados, ainda que de uso exclusivo da
356 política da infância e da adolescência”. A sra. Júlia sugeriu que se usasse o termo
357 “construção, reformas e adaptações”. A redação final do inciso V ficou da seguinte forma:
358 **“Investimentos em aquisição, construção, reforma e locação de imóveis públicos e**
359 **privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.”.**
360 Dando continuidade, a conselheira Júlia iniciou os debates sobre o **parágrafo único do**
361 **Artigo 13**. A conselheira defendeu a extinção do parágrafo para evitar o esvaziamento
362 dos conselhos. O sr. Onofre concordou com o argumento anterior e acrescentou que
363 deveria permanecer na resolução: “as entidades representadas nos conselhos da criança
364 e do adolescente não poderão funcionar no processo que definirá os recursos a ela”. A
365 conselheira aventou a idéia de formar uma comissão por conta da rotatividade dos
366 membros. A sra. Carmen discordou da abolição do parágrafo sem falar do processo
367 seletivo. O sr. Benedito sugeriu que se transformasse o parágrafo único do artigo 13 em
368 um artigo que se refere a questões éticas legais para garantir a lisura do processo de
369 competição ou nomear uma comissão externa para avaliar os projetos. O conselheiro
370 Caporal argumentou sobre o custo operacional de se buscar agente externo e inquiriu
371 aos membros do Conanda como ficaria a votação final do edital, as entidades votariam
372 nelas mesmas, dessa forma defendeu a supressão do parágrafo. A conselheira Júlia
373 sugeriu então a seguinte redação para o parágrafo único: “As entidades representantes
374 nos conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente não poderão participar da
375 comissão que avaliará os projetos apresentados por suas instituições.”. A conselheira
376 Maria Ignês defendeu que as entidades interessadas na aprovação dos projetos se
377 abstenham da votação de aprovação dos recursos. Dessa forma, a sra. Júlia sugeriu

378 acrescentar ao parágrafo os seguintes termos: “bem como deverão se abster da votação
379 do plenário de deliberação dos mesmos.”. O sr. Onofre acrescentou que a resolução em
380 análise não contempla as formas de seleção das instituições. A sra. Carmen anunciou
381 que em razão da reunião com os presidentes de empresas em 24 de junho e um dos
382 temas que suscitará debates é a deliberação a ser exarada no Conanda sobre
383 destinação de recursos e sugeriu o encaminhamento de uma rodada de discussões
384 sobre o artigo 18 que versa sobre o tema da destinação. A sra. Júlia discordou dizendo
385 que o Conanda já se manifestou sobre operação casada e que meia hora é insuficiente
386 para tal discussão. O sr. Caporal sugeriu um plenária extraordinária a fim de afinar todas
387 as pendências e o sr. Benedito propôs a realização de uma plenária ampliada no mês de
388 julho. Pelas dificuldades de agenda dos membros de se fazer a plenária ampliada, ficou
389 estabelecida realização de uma plenária extraordinária, em 23 de junho de 2008. A sra.
390 Aurilene solicitou a fim de garantir presença até o término das reuniões que providências
391 sejam tomadas para que os vôos de retorno dos conselheiros não sejam marcados por
392 volta das 17 horas. A sra. Carmen esclareceu que não há nenhum empecilho quanto a
393 isso e acrescentou que seria não só para a plenária extraordinária, mas para todos os
394 dias de plenárias. **Informes: 1)** O sr. Caporal indaga sobre as providências a serem
395 tomadas em razão do vencimento do termo de cooperação feito entre o Ministério do
396 Esporte e o Conanda. O documento já foi debatido na comissão e a renovação será por
397 um ano. Aprovado pelos membros do Conanda. **2)** A conselheira Aurilene esclareceu
398 que estava na incumbência da Comissão de Mobilização e Informação de analisar a
399 minuta de consulta pública do Conselho Tutelar. Como a minuta foi exaustivamente
400 estudada pela comissão e não foi possível pautá-la para a Plenária, a comissão a
401 enviará aos conselheiros com um prazo de 10 dias para devolução. As sugestões, no
402 que couber, serão incorporadas e o resultado final será reencaminhado com um prazo
403 para devolução para que seja pautado para a Reunião Ordinária do Conanda do mês de
404 julho do corrente. **3)** A sra. Carmen fez referência à primeira chamada do edital de 2008.
405 Foram recebidos cerca de 300 projetos que estão sendo avaliados, desses 300 projetos
406 têm alguns aprovados, pelo Fundo, e já com o parecer técnico e que são do PAIR.
407 Esclareceu que o PAIR é um convênio formatado já há alguns anos e que só varia o
408 parceiro porque o projeto tem execução com metodologia própria. Então, pelo Fundo
409 está saindo um PAIR novo na Bahia, em Goiás, em Minas Gerais e, possivelmente, no
410 Pará no aguardo do restante da documentação. O encerramento da primeira etapa de
411 conveniamento será em 13 de junho de 2008. A prioridade de conveniamento, em
412 primeiro lugar, com o poder público foi devido ao período eleitoral. Os demais projetos
413 apresentados pelas ONGs e universidades ficam ao longo do período em aberto. A
414 conselheira avisou que até 30 de junho está aberta a segunda chamada e que novos
415 projetos poderão ser apresentados. Acrescentou ainda que está tendo alguns problemas
416 com a linha de financiamento de comemorações dos 18 anos do ECA que foram
417 recebidas apenas três propostas e dessas uma só tem condições de ser aprovada. A
418 conselheira falou ainda sobre o balanço dos 18 anos do ECA, tendo recebida apenas
419 uma proposta do Rio de Janeiro e que são temas que interessam muito ao Conanda

420 porque foram investimentos que o Fundo fez pelas comemorações dos 18 anos. Dessa
421 forma, a conselheira solicitou aos membros do Conanda que incidam nas ONGs,
422 universidades, pesquisadores que trabalham com o tema do ECA para fazer
423 apresentação de projetos de pesquisa ou de comemorações. A Sra. Carmen disse que
424 pretende já na próxima Plenária dar uma posição do que chegou a partir do dia 30 de
425 junho para que se possa tomar deliberação se irá partir para indução no sentido de
426 indicar parceiros que não puderam entregar até 30 de junho de 2008. 4) A conselheira
427 Maria Ignês questionou a sra. Carmen se com recursos dos Fundos o Conanda teria
428 somente os três projetos do PAIR e em qual era o seu montante. A sra. Carmen
429 respondeu que como foi priorizado o Poder Público entraram agora os já citados, agora
430 têm mais propostas do PAIR em aberto ou chegar na segunda chamada ou buscar após
431 esse período e não são só relativos ao PAIR, existem várias ações, aliás as principais
432 estão no sistema de garantia de direitos. O sr. Benedito relatou que no sistema de
433 garantias chegaram 80 projetos e são divididos em três áreas: 1) O balanço do ECA; 2)
434 As escolas de conselhos; 3) Programas de boas práticas de convivência familiar e
435 comunitária. Os projetos de escolha de conselhos chegaram dois, um da Bahia e outro
436 de Pernambuco, mas foram devolvidos pela falta de entendimento do que é escola de
437 conselho, de curso continuado, de ser ação estadual. Os outros, o secretário executivo
438 explicou que ainda está buscando formatação do projeto. e foram devolvidos. Os de
439 balanço do ECA, existem dois muito bons e da convivência familiar há cerca de 50
440 projetos, mas a maioria deles de financiamento de atividades, fora do plano, não tem
441 nada de inovador. Alertou que ainda tem um novo conjunto de projetos estratégicos que
442 está em via de ser apresentado para o Conanda, por exemplo, o encontro do Conanda
443 com os Conselhos de Direito, em agosto. Existe também o projeto do Inesc e vários
444 outros projetos estratégicos decididos pelas comissões que também entram no sistema
445 que serão submetidos à Plenária do Conanda. O sr. Benedito esclareceu que o projeto
446 dos educadores está na fase de parecer técnico e o projeto estratégico dos Fóruns dos
447 Conselhos Tutelares pedindo aprovação do congresso, são um conjunto de projetos, que
448 são com recursos do Fundo, que estão sendo preparados para serem deliberados pelos
449 membros do Conanda. O sr. Caporal advertiu que para aprovar qualquer recurso do
450 Fundo deverá ser submetido à Plenária do Conanda. 6) A Sra. Carmen informou também
451 sobre o relatório da Convenção dos Direitos. Foram feitas reuniões entre as áreas do
452 Governo Federal e eles apontaram uma série de ajustes para as relatoras e elas estão
453 trabalhando, motivo pelo qual se entendeu que a minuta ainda "está muito verde para
454 chegar até aqui" e no entendimento da sra. Carmen ganham todos no sentido de ter um
455 trabalho mais consolidado. A meta é que seja apresentada na próxima Plenária. A sra.
456 Carmen finalizou o seu informe solicitando aos conselheiros que se não puderem ler o
457 relatório por inteiro que contribuam naquilo que é da sua área específica. 7) A sra.
458 Lourdes formulou convite aos membros do colegiado para as comemorações dos 18
459 anos do ECA, em data a ser marcada, fazendo o balanço, o evento será no Ministério da
460 Saúde. 8) O sr. Caporal sondou a senhora presidente da [confirmação] da presença dela
461 na reunião dos 500 presidentes em São Paulo para confirmação em ata e também dentro

Comentário: Modificado para coordenador do Programa de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos

Comentário: Retirado do texto.

Comentário: inserido: a respeito da

Comentário: inserido de empresas

462 do possível, os conselheiros que estiverem em São Paulo se puderem participar ele
463 também gostaria de participar. 9) A Sra. Júlia informou que foi indicada pelo Conanda
464 para representar o colegiado na comissão do Prêmio Socioeducando, do Unicef, e
465 solicitou ao sr. Benedito distribuir o material aos conselheiros para divulgação na rede
466 em razão do prazo de inscrição. Reafirmou que é importante o Conanda divulgar porque
467 é sobre as discussões de medidas socioeducativas. 10) A sra. Carmen pediu a palavra
468 para comunicar que o Brasil foi representado, no evento em Genebra, pela Patrícia
469 Lamego que é a autoridade central de adoção, na apresentação do documento, já agora
470 oficial, sobre criança privadas de cuidados parentais. E nessa apresentação estava
471 representado o Comitê da Convenção dos Direitos e também o Unicef. A sra. Carmen
472 esclareceu que o referido documento está muito diferente daquele discutido no Brasil
473 com os 42 países e solicitou ao sr. Benedito circular a segunda versão do documento. As
474 modificações existentes são em função de negociações que se iniciaram por meio da
475 missão do Brasil em Genebra com os países islâmicos e o Vaticano que foram aqueles
476 que mais divergiram na primeira versão do documento. Então, nesse momento parece
477 que ele está bastante consensuado e tudo indica que ele possa entrar na Assembléia
478 Geral ainda este ano. 11) O sr. Benedito informou também que o Programa Garantias de
479 Direitos está num "chamamento de mudança de atitude" em relação ao SIPIA.
480 Acrescentou que já fizeram um encontro do SIPIA dos Conselhos tutelares. O BNDES
481 patrocinou um software para a Prefeitura de Recife e que estão observando o seu
482 funcionamento para avaliar se ele poderá sofrer um upgrading para se transformar em
483 nacional. Acrescentou que durante esse encontro foi feita uma reunião com os
484 presidentes dos conselhos que estiveram presentes e que estes ficaram muito animados
485 em serem incorporados no processo decisório e de assunção do funcionamento do SIPIA
486 nos estados. Comunicou, ainda, que estará sendo realizado nos dias 25 e 26, o Conanda
487 está convidado inclusive para falar na abertura, e será sobre outro sistema de informação
488 que é o INFOINFRA – Sistema de Informações de Medidas Socioeducativas que está em
489 campanha para implantá-lo em âmbito nacional. A senhora presidente disse que o
490 Conanda tem que se apropriar desse processo desencadeado via pró-conselho e que
491 terão que discutir o SIPIA agora na fase de alavancagem que ele toma e como sugestão
492 ao secretário-executivo para pautar uma apresentação do SIPIA no Conanda, como
493 forma de os membros do Conanda se envolver e engajar mais na construção desse
494 processo. Finalizando, a sra. presidente informou que estará ausente em julho e fazendo
495 uma reflexão da Plenária sobre o balanço dos 18 anos, pela assembléia atípica esse
496 intento não foi cumprido, mas pelo investimento dos membros do Conanda no campo
497 político, emocional de garantir a assinatura do decreto e aproveitou para agradecer à sra.
498 Carmen que teve importante papel na construção de bastidores e esforço intenso para
499 garantir que tudo acontecesse no molde que este colegiado projetou na Plenária de abril,
500 que fosse o mais amplo possível, inclusive com as palavras do presidente Lula num
501 marco histórico muito importante. Agradecer também a Deuzinéia pelo empenho e ao sr.
502 Benedito, secretário-executivo, que trabalharam juntos para garantir a pauta presidencial.
503 A sra. Júlia solicitou que ficasse registrado em ata o agradecimento ao ministro Paulo

Comentário: Tentei dar uma nova redação

504 Vannuchi que esteve aqui ontem, a nossa convite, e se colocou disponível ao debate da
505 infância e da juventude. Solicitou também que registrasse em ata o empenho do
506 conselheiro Manoel Onofre, que está ausente, pelo apoio durante a realização da
507 Assembléia Descentralizada, em Natal, pelo êxito do evento. Sugeriu também oficial ao
508 Conselho Estadual os agradecimentos e enfatizou que os conselheiros do Conanda não
509 podem se esquecer que esses são os parceiros importantes e que essa é a proposta
510 quando na Plenária se fala em descentralizar: é realmente estar mais próximo da área da
511 criança e dos adolescentes, nos municípios. A senhora presidente sugeriu, em
512 aprovação, fazer o envio do agradecimento oficial. A conselheira Estela solicitou
513 informações sobre as publicações do Sinase e do Plano de Convivência Familiar e
514 Comunitária. Esclareceu que está faltando material para os que estão fazendo processos
515 de socialização nos municípios.. A sra. Carmen explicou que a tiragem ainda é muito
516 pequena, mas que a SEDH irá fazer uma grande tiragem do Sinase e do Plano Nacional
517 e está aguardando uma sinalização do Conanda se vai ficar-a-cargo-de-uma-grande
518 publicação do ECA. A conselheira Aurilene, da Comissão de Mobilização, explicou que a
519 comissão gostaria de propor exatamente isso mesmo porque uma das funções do Fundo
520 é a divulgação desse material. A senhora presidente pediu para a Comissão de
521 Orçamento fazer a previsão de recursos. A conselheira Júlia reiterou à senhora
522 presidente e à senhora Carmen, SEDH, providências para garantir a presença dos
523 conselheiros do Conanda entre os participantes do congresso. Nada mais havendo para
524 tratar, a senhora presidente declarou encerrada a 163ª Assembléia Ordinária
525 agradecendo a presença de todos. Esta ata após lida e aprovada será assinada pela
526 senhora presidente.

Comentário: 3º Congresso
Mundial de Enfrentamento de
Exploração Sexual da Criança e do
Adolescente

527
528
529
530
531
532
533
534

Maria Luiza Moura Oliveira
Presidente do Conanda